

## É MÃE, JÁ É ADULTA!

### A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA EM CONTEXTOS RURAIS

Débora Cavalcanti dos Santos – UFPE

Fernanda Sardelich Nascimento-Gomes – UFPE

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro – UFPE

Karla Galvão Adrião – UFPE

Jaileila de Araújo – UFPE

Marion Teodósio de Quadros – UFPE

Luis Felipe Rios – UFPE

Durante a década de 1960 e meados dos anos 1980, com as grandes mudanças no mundo ocidental, pós segunda guerra mundial, há um amadurecimento no âmbito do movimento feminista, sobre a maternidade. Segundo Lucila Scavone (2001) o movimento feminista contribuiu de forma peculiar para a ampliação do debate em torno da maternidade nas Ciências Sociais, e para a compreensão desta no âmbito das sociedades contemporâneas, em que passou a ser entendida como “[...] um símbolo construído histórico, cultural e politicamente, resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro.” (p. 143).

Dentre outros pontos, o feminismo trouxe para o debate discussões acerca da sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos. Porém embora avanços significativos tenham surgido ainda encontramos um percurso importante a ser percorrido, principalmente quando voltamos a atenção para o meio rural. Estudos como o de Maria de Paulo (2010) e Márcia Longhi (2007) indicam que a sexualidade em contextos rurais ainda é tratada como um tema tabu impostos por um “habitus da família rural patriarcalista” (PAULO, 2010, p.363).

Existe certa fiscalização dos(as) jovens, principalmente nos momentos do namoro, exercido pelos familiares e também pela comunidade, visando o controle da sexualidade, uma vez que, principalmente para as jovens, é importante manterem-se virgens, e assim permanecerem com o *status* de moças. Esse *status* perdura enquanto não for revelada a perda

da virgindade e/ou ela for solteira (SILVA, 2007). A virgindade da mulher tem um forte significado para as famílias rurais, por conta disso a maternidade fora do contexto do casamento é compreendida como sinônimo de transgressão e desonra, não apenas para a jovem, mas em muitos momentos, estendendo-se para a família. É neste contexto que o presente trabalho objetiva analisar como as relações desiguais de gênero contribui no modo como a população da comunidade rural de um município localizado no Sertão Central de Pernambuco compreende a maternidade na juventude.

## **1. OS(AS) JOVENS DO CAMPO: JUVENTUDE RURAL E SEXUALIDADE**

O debate sobre juventude está inserido num campo de tensões, consensos e dissensos. Existem diferentes demarcadores, nem sempre consensuais, que classificam esse momento da vida como, por exemplo: biológicos; etário; contexto social; entre outros. Historicamente e culturalmente o conceito de adolescência está atrelado a aspectos negativos como dependência, rebeldia, irresponsabilidade, além da crença de que existe uma forma homogeneia e universal de ser adolescente.

Na tentativa de abandonar os estigmas trazidos por esse conceito, pesquisadores(as) apontam para o uso do conceito de juventude como categoria de análise que tem como objetivo abrir espaço para se pensar juventudes a partir de suas diferenças e possibilidades, para além de delimitações etárias, ao compreender que não existem “identidades fixas e impermeáveis”, mas sim uma multiplicidade de forças que atravessam e “os subjetivam incessantemente” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p.7).

Autores inseridos neste debate, como Sérgio Ozella e Wanda Aguiar (2008), mantêm o uso da categoria analítica adolescências também no plural compreendendo que a mesma não é “um período natural do desenvolvimento”, mas sim uma criação histórica e social que atribui sentidos e significados a adolescência. Desta forma assumem que “a manutenção das concepções de adolescência como um período naturalmente de crise cumpre o papel ideológico de camuflar a realidade, as contradições sociais, as verdadeiras mediações que constituem tal fenômeno” (p.100).

Com inspiração neste debate utilizamos a categoria de análise adolescência considerando que a mesma não é homogênea, nem universal, e sim demarcada histórica, social e culturalmente abrangendo uma complexa rede de significados sobre uma determinada fase da vida. As diferentes definições de juventude não são neutras e expressam os jogos de poder e as disputas políticas pelo significado do termo.

O Ministério da Saúde (MS) delimita a adolescência, em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), como a segunda década da vida, o período de 10 aos 19 anos, “[...] a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial.” (BRASIL, 2005, p.7). A juventude se estenderia dos 15 aos 24 anos, considerando adolescentes jovens de 15 a 19 anos e adultos jovens de 20 a 24 anos.

Ainda sobre o debate a respeito da juventude Marília Sposito e Paulo Carrano (2003) destacam a importância de compreender a mesma em seu plural em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os indivíduos nesta etapa do curso da vida. Essa pluralidade de “juventudes” se evidencia na relação campo-cidade. É preciso considerar as especificidades existentes no que se refere à juventude rural e a maneira como lida com questões relativas à forma de ser jovem, à sexualidade entre outras questões.

Pensar a juventude rural é levar em consideração o espaço de sociabilidade no qual está inserida. Maria de Nazareth Wanderley (2009) apresenta características específicas das comunidades rurais, em que predomina a agricultura familiar, entre elas: 1) São sociedades do interconhecimento, ou seja, todos(as) se conhecem e as relações sociais são bastante densas; 2) Têm uma tradição passada de geração a geração, pois a preocupação com as gerações futuras não se limitam aos bens materiais, mas também aos bens culturais. Desta forma o(a) jovem do campo está circunscrito(a) por uma teia de densas relações entre a casa (família) e a vizinhança (comunidade) localizado(a) entre o passado e o presente das tradições familiares. É um(a) jovem “multifacetário(a) que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural” (WANDERLEY, 2007, p. 24).

Elisa de Castro, (2006) em seus estudos sobre juventude rural e a reprodução social das hierarquias, nos fala que “ser jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão. Mas, ser jovem rural e mulher representa uma situação de “inferioridade” na hierarquia social, ainda maior.” (CASTRO, 2006, p. 246).

Esta afirmativa se justifica por duas razões: Em primeiro lugar porque uma das características do campesinato é a “centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade”, que se organiza em torno de hierarquias internas à família agricultora rural, principalmente no que diz respeito à divisão de tarefas dentro do estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2009, p. 160). Por isso Castro (2006) diz que há uma hierarquia na relação entre pais/avós/tios, de um lado, e filhos/netos/sobrinhos de outro, tencionando as decisões internas da família, em que por vezes, cabe aos jovens acatar as decisões dos mais velhos. Em segundo lugar porque há diferenças quando observamos a questão a partir do recorte de gênero. Castro, a partir de sua pesquisa com jovens de assentamento na Baixada Fluminense/RJ, considerando a divisão do trabalho, a organização do lote, do trabalho e da produção, afirma que:

Pode-se observar a formação diferenciada para o trabalho familiar, com uma divisão que prepara os filhos para a produção e as filhas para o trabalho doméstico. Se os casais atuam intensamente na produção com a presença de pelo menos um filho homem o que chama à atenção é a ausência das filhas no cotidiano desse trabalho. A participação delas ocorre em momentos específicos como a colheita, e mesmo assim nem todas. No caso dos bichos, ajudam na criação de pequenos animais, o gado bovino e os cavalos são responsabilidade dos homens. (CASTRO, 2006, p. 254-255).

O trabalho realizado pelas mulheres é considerado, pelos familiares como uma ajuda, e em geral não é remunerado. Porém as diferenças de gênero, e esse lugar de “inferioridade” e “submissão” da mulher, não se revelam apenas ao tocante da divisão do trabalho, mas também no que diz respeito à sexualidade. Pesquisas revelam a existência de um controle maior da sexualidade das jovens, tanto pelos familiares quanto pela comunidade. Se ao homem a diversidade de experiências sexuais e a rotatividade de parceiras são sinônimos de virilidade e exercício da masculinidade, para a mulher torna-se sinal de preocupação com a sua imagem diante da sociedade, pois correm o risco de ficar “mal faladas”. A virgindade tem um valor peculiar para esses(as) jovens, cabendo a menina preservá-la, isso significa “se dar o valor”. A moça “direita” do campo, a moça “pra casar”, tem que ser resistente as investidas dos moços e não pode namorar muito o que aparece de forma contrária para os moços (PAULO, 2010; 2011; LONGHI, 2007; SILVA, 2007).

## 2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo está inserido em uma pesquisa maior intitulada “Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)”. A mesma é financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do estado de Pernambuco e a Secretaria da Mulher do mesmo estado (FACEPE/SecMulher). A pesquisa é de caráter qualitativo e utilizou como principais instrumentos entrevistas semi-estruturadas e observações no cotidiano.

Para atender aos objetivos deste trabalho, iremos analisar nove entrevistas, realizadas individualmente em dezembro de 2011 por um equipe interdisciplinar, com uma garota de 15 anos, mãe de dois filhos, e com a sua rede de apoio (parentes, amigos(as), vizinhos (as), etc.), pessoas que vivenciaram o seu processo de gravidez.

### 2.1. O LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em um município do Sertão Central de Pernambuco<sup>1</sup>, localizado na microregião do Pajéu, ao norte do estado de Pernambuco. Está situado a 437Km da capital Recife. , segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, uma a população total residente de 11.768 habitantes.

Dentre os 11.768 habitantes do município, 5.277 pessoas residem na área urbana e 6.491 na área rural. Segundo a divisão por sexo, Santa Cruz conta com 5.956 mulheres residentes com 10 anos ou mais de idade e com 5.812 homens com a mesma faixa etária (IBGE, 2010). Os homens têm uma maior longevidade chegando aos 94 anos, enquanto que as mulheres aos 89 anos, em média (IBGE, 2007).

Dos 2.668 domicílios permanentes da cidade, apenas 157 possuem abastecimento de água da rede geral; apenas 612 possuem esgotamento sanitário pela rede geral, a maioria

---

<sup>1</sup> Os(as) pesquisadores(as) acordaram, por motivos éticos, que deixaríamos em omissão o nome do município estudado, a fim de resguardar a identificação das pessoas do lugar.

(1.041) não tem banheiro nem sanitário; o lixo é coletado em 871 domicílios (IBGE/SIDRA, 2000). Estes dados nos revelam que o saneamento, básico para a dignidade humana, é substancialmente defasado neste município, como em tantos outros do Brasil.

Segundo relatório do Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (SISPRENATAL) o número de jovens grávidas no município tem aumentado ao longo dos anos, como podemos observar na tabela a seguir:

ANO	10 A 14 ANOS	15 A 19 ANOS
2006	0	2
2007	0	2
2008	0	3
2009	1	6
2010	0	22
2011	1	26

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2012)

No que diz respeito à educação, a cidade possui 37 estabelecimentos de ensino, porém a taxa de analfabetismo é muito significativa, entre pessoas acima de 25 anos é de 36,67%, de 18 a 24 anos 8,12%, entre 15 e 17 anos 29,78%, de 10 a 14 anos 7,84% e de 7 a 14 anos 14,28%. Levando em consideração os anos de estudo desta população, a maior parte das pessoas possui até um ano de estudo ou nenhuma instrução (INEP/MEC, 2000).

A renda per capita da cidade é de R\$ 80,57, tendo esta um grau de desigualdade de 0,40%, segundo o índice de Gini. A incidência da pobreza no município é relativamente alta, atingindo 61,16% da população (IBGE, 2003). Dentre as atividades econômicas, destaca-se a agropecuária, e os principais produtos que integram essa atividade produtiva são: a cana-de-açúcar, o feijão e o milho. Outro destaque da economia municipal é a agroindústria de produtos alimentícios.

A comunidade a qual iremos estudar, pertence à zona rural do município descrito acima, estando a alguns quilômetros da sede da cidade. É uma comunidade de poucos(as) habitantes, a distância entre as casas é de, em média, 300 metros e grande parte das pessoas

deste local são familiares o que as tornam muito próximas uma das outras. A seguir faremos uma breve descrição da jovem cuja história será palco de nossa análise.

## 2.2. A MONA LISA DO SERTÃO

Nina<sup>2</sup> foi entrevistada por nossa equipe quando estava aos quinze anos de idade. É uma garota de traços serenos e poucas expressões faciais. Sua postura é de uma pessoa recatada, que possui reservas ao acesso do outro(a) à sua vida. Durante nossa estadia no local, presenciamos poucos sorrisos em seus lábios, alguns que escaparam se mostraram de forma tímida. Deveras ela lembra a Mona Lisa de Da Vince, uma das obras mais admiradas e elogiadas do mundo e também uma das mais misteriosas. A pintura de uma bela mulher, supostamente sorrindo, que trás em suas camadas de tinta tramas ainda omissas, esboçando muito mais significados e questionamentos do que o aparente.

Como a Mona Lisa, Nina possui em sua história tramas que precisam ser fechadas e entendidas. Ela sempre teve uma vida de muito isolamento, a mãe não deixava que ela saísse e nem que namorasse. Não freqüentava nenhum grupo, vez por outra ia à reunião da associação de moradores representando sua mãe. Não tinha amigos(as) na escola ou fora da comunidade. Seus principais relacionamentos estão dentro da comunidade e a maioria são da sua própria rede de parentesco. Ela é uma garota de poucos cenários sexuais, sua primeira relação sexual foi aos treze anos com o seu atual companheiro. Teve sua primeira gravidez com esta mesma idade e quando a sua mãe descobriu a bateu. Ela diz que nunca recebeu informações sobre métodos contraceptivos, mas que sabia da existência da camisinha por que viu em um livro quando ia ao colégio.

Depois que a gravidez de Nina tornou-se pública seu companheiro foi morar com ela, a mãe e a irmã, neste momento seu pai já tinha rompido a relação com a sua mãe e saído de casa para morar em outra cidade. Atualmente Nina mora com o companheiro e os dois filhos numa casa herdada da família dele. Ela possui planos de estudar, diz que está esperando que

---

<sup>2</sup> Todos os nomes próprios utilizados são fictícios.

as crianças cresçam para poder voltar à escola e que nem o marido, nem a comunidade irão impedi-la de realizar esse projeto.

### 3. NINANDO O BEBÊ: SER JOVEM-MÃE NO RURAL

Vanda da Silva (2007), em sua pesquisa sobre as experiências e trajetórias afetivo-amorosas de jovens de comunidades rurais do sertão de Minas Gerais, trás discussões que confluem com o nosso estudo. Ela fala que em Rosário das Almas, município em que sua pesquisa foi feita, ter um filho, independente da faixa etária que isto aconteça, “é a representação de que se entrou para a vida adulta” (p. 422). Outro aspecto é a visão da maternidade como um “dom” que a coloca em dimensões próximas ao sagrado, uma benção concedida à mulher, o dom da reprodução. Também encontramos proximidade com estes resultados no Sertão de Pernambuco, em que os discursos amiúde reiteram a gravidez como um rito de passagem para a vida adulta entendida também como uma benção.

*“[...] Agora aumentou mais, **agora tá mais uma mulherzinha**. Ta mais, botou mais tipo. (Tio do companheiro)*

*“[...] **Foi Deus ter mandado eles pra mim...** bora ver se os fio algum dia vai ajudar a gente né, porque tem deles que nem liga, num dá valor a mãe que tem...” (Nina)*

É interessante notar que mesmo Nina vendo a gravidez como uma benção, a sua rede de apoio, em geral, avaliam sua gravidez na juventude de forma negativa, principalmente pelo critério idade, julgando-a como despreparada. É possível observar que essa fala parte da concepção de que o(a) adolescente é despreparado para vida, e que esse preparo só aparece na maturidade, vida adulta.

*“[...] **Uma criança cuidando de outra**. [...]Não acho assim, apesar de eu achar que sempre, né, uma adolescente ter um filho nova demais... No meu conceito eu não aconselho a ninguém, né, porque eu acho que é muito mais complicado do que quando a gente **já tá mais preparada**, né.” (vizinha 1)*



Porém quando a gravidez é assumida pelo pai e resulta na união conjugal, passa a ser vista como positiva, como sinal de prestígio. Sobre isto Silva (2007) destaca que a gravidez se configura em um problema quando o pai não assume a criança. Segundo Vanda quando não há a união conjugal a jovem tem que manter uma postura reservada e de espera deste pai, caso contrário é julgada pela comunidade. A gravidez também é vista como precoce e um problema mais por parte das instituições do que das jovens que muitas vezes encontram nela a solução para entrarem num outro *status* – o de ser mãe conforme destacado por Rosineide Cordeiro e Marion Quadros (2010).

*“[...] Pra mim foi uma alegria, porque a mulher quando ela casa ou se junta com um camarada bom que é pessoal de família, a coisa vai aumentando. A família já vai criando mais um prestígio, mais um valor, porque você venha me dizer que a família só é rica se ela for muito grande. Se não tiver recurso tem que ter prestígio, mas tem que ser uma família unida, uma família desenrolada, uma família que tenha educação, uma família que tenha respeito. Porque tem umas que não tem respeito. Ai pra mim eu achei bom demais. Graças a deus...”*(Tio do companheiro)

É perceptível também em vários discursos que o ato de ser mãe vem acompanhado de uma condição de isolamento feminino à casa, ao marido, ao (a) filho (a) e que quando isto não é seguido pela mãe, considera-se como um ato de irresponsabilidade, transgressão, por parte dela. Isso é claramente notório no caso de Nina que aos 13 anos de idade é privada de participar de um grupo de jovens de sua comunidade por já ser mãe, cabendo a ela apenas se dedicar a família e as responsabilidades de conduzir uma casa. Durante os primeiros dias de casada ela era mencionada constantemente nas conversas da comunidade como irresponsável, pois não sabia fazer os “deveres” de casa direito, como podemos ver nas falas a seguir.

*“[...] Ficou mais forte, zela direito dos meninos, cuida bem sabe cuidar! Faz o almoço direitinho, faz tudo. E a bicha é inteligente danada, rapaz! Eu fico pensando, mas rapaz ...”* (Tio do companheiro)

*“[...] aí ela só participou da associação do grupo de jovens não, porque pra ela e pra algumas meninas, daqui até que tem algumas que são jovenzinhas e participa do grupo, que são mães, mas algumas não participam porque tem pessoas da comunidade que diz “não, casou já envelheceu, mulher casada tá em reunião de jovem?”, já começa a criticar, é... uma menina casada, jovem, apresentando dança? Pra que? Pra se exibir? O marido vai ser corno.”*(Vizinha 2)

Outro ponto de destaque é que ao ser mãe a jovem passa a ser vista como parte da família do companheiro, como membro integrante, e passa a receber proteção dessa “nova” família.

*“[...] É igualmente a uma fia, foi a filha que eu não tive. Do mesmo jeito que eu ajeito ela, eu ajeito minhas meninas. Até aqui quando ela faz as coisas erradas, ela fala mais alto que minhas meninas e eu nem...”* (Sogra)

*“[...] Ta certo, é minha filha, é meu neto, ela hoje é bem dizer que é filha. Porque eu considero. Só trabalha a favor dela, trabalha a favor dele, não quero ver desavença, considero todos.”* (Avô do companheiro)

#### 4. ENTRE UMA VIAGEM E OUTRA: A GRAVIDEZ QUE SE INTERCALA COM AS MIGRAÇÕES DO MARIDO

Na comunidade estudada é comum os jovens migrarem para o corte da cana no sudeste do Brasil, como forma de estratégia familiar para angariar recursos financeiros. Geralmente são migrações temporárias, em que o trabalhador retorna ao seu local de origem após a safra.

*“[...] Ele tava trabalhando, aqui vai muita gente pro corte de cana, num fica quase homem aqui na comunidade, praticamente só fica os adolescente.”* (Vizinha 2)

A safra dura em média seis meses, durante esse tempo espera-se que a esposa fique em casa com os filhos à aguardar a volta do marido. Essa espera, por vezes, é entrelaçada pelo sofrimento de ter que lidar com longos períodos de solidão e com a insegurança de que o marido possa nunca mais retornar. Marcelo Silva e Marilda Menezes (2010) falam sobre isto em seu artigo “Homens que migram, mulheres que ficam”, ao estudar a posição da mulher em relação às correntes migratórias do interior paraibano para os canaviais paulistas.

Nina conheceu o marido quando ele já era migrante e suas duas gravidezes foram entre as viagens dele. Ele não acompanhou todo o processo da gravidez de perto, não acompanhou todas as consultas do pré-natal e também não tem acompanhado o crescimento dos filhos. A vida em casal está em constante trânsito entre as idas e vindas para o corte da cana.

*“P: Então foi entre uma viagem e outra que você engravidou, você disse assim: “ele veio ai eu engravidei ai depois ele voltou, depois veio”. Como é que foi?”*

*N: Eu engravidei ai depois ele viajou.”*

*“[...] eu já tinha ganhado ai já tinha completado os seis mês que ele tava trabalhando lá, que depois dos seis mês eles vem tudinho, ai ele viajou de novo e quando ele vortou... Quando Aluísio completou um ano, eu acho, a gente já tava aqui nessa casa [...]” (Nina)*

Silva e Menezes (2010) falam do tempo de espera de mulheres que namoram ou são noivas de migrantes, mostrando o quanto essa espera está circunscrita em uma rede de vigilância sobre o comportamento das mulheres, garantindo a sua boa conduta sexual segundo as regras que garantem uma boa reputação social. Da mesma forma, as mulheres casadas que permanecem também estão envoltas por essas teias de vigilância (família, vizinhos(as), amigos(as)), em que a fofoca é usada como meio de controle comportamental, no próximo tópico trataremos mais sobre isto.

## **5. O LEVA E TRÁS DAS PALAVRAS: A FOFOCA**

Trocar conversas com alguém ou um grupo faz parte do cotidiano social das pessoas, sejam elas de comunidades rurais ou urbanas. Porém estudos têm demonstrado que em contextos rurais essas conversas podem ganhar nuances diversificadas quando se trata de fofoca.

Cordeiro (2007) entende a fofoca como práticas discursivas, a linguagem em ação. Ela a define como

*[...] uma forma de contar histórias sobre a vida dos outros que alimenta os vínculos e a cumplicidade entre os(as) participantes e o sentimento de pertença ao grupo ou comunidade. Pelo seu caráter ambíguo também é um dos recursos costumeiramente utilizados para o controle, a vigilância e a regulação das condutas num dado sistema prescritivo (p.133).*

Esta definição também é utilizada pela Silva (2007) que entende a fofoca a partir de dois eixos fundamentais: “entretenimento coletivo, podendo ter simplesmente o caráter de notícia; (...) de instrumento de regulação social (‘correção dos costumes’)” (p. 187).

Nos depoimentos de Nina e sua rede de apoio, as características da fofoca, como forma de “corrigir os costumes” e de controle, aparecem de forma contundente. Como podemos ver a seguir.

*“[...] é a comunidade hoje já vê ela de outra forma, já tem outros comentários de dizer “olha ela tá responsável, ela ficou só cuidando do filho”, porque quando era com a mãe dizia que ela era irresponsávelzinha, pelo fato dela cuidar, tá a frente das coisas, aí depois que ela ficou só até ela mesmo, eu acho que ela disse “é eu mesmo” e agora ela mesmo faz as coisas dela, bichinha.” (vizinha 2)*

*“[...] Mas é que o povo diz que hoje em dia diz que muié casada não precisa estudar.” (Nina)*

Na primeira fala podemos notar que houve uma mudança no modo como a comunidade fala de Nina. Nos primeiros dias de convivência com o seu companheiro havia mexericos de que ela não sabia cuidar da casa, nem dos filhos, o que soa de forma negativa para uma jovem do meio rural. Em seguida, quando Nina passa a assumir uma postura de “dona-de-casa” os comentários passam a ser apreciativos. Parece que a mudança no comportamento de Nina teve fortes influências dos repertórios que circulavam na comunidade ao seu respeito.

Na segunda fala, Nina expõe a sua vontade de estudar mas que ao mesmo tempo essa vontade é rodeada pelo ideário de que mulher casada é pra ficar em casa e que limita a liberdade de ir e vir. Cordeiro (2007) mostra como esse controle da comunidade influi na limitação da mobilidade das mulheres ativistas do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – MMTR. A autora mostra como essas mulheres são vistas pela comunidade por romperem com as atribuições de gênero ,de dedicação ao marido e a casa, sendo consideradas como vadias, desocupadas, acusadas de infidelidade, as casadas, ou tendo sua sexualidade questionada, com relação as solteiras.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão através das análises apresentadas observamos as peculiaridades do território estudado, uma comunidade rural, distante da sede do município. Caracterizada pelo interconhecimento, que se por um lado propicia a passagem dos costumes e tradições para as gerações seguintes, por outro possibilita o controle e a fofoca como forma de corrigir as jovens que não se adequam ao que é considerado correto para elas, enquanto mulheres e mais ainda como mães de família. É interessante notar que esses códigos locais que conferem o que é uma mãe responsável ou não, circula através das fofocas interferindo no comportamento da jovem. Esta pode agregá-los à sua vida ou rejeitá-los. Se não assumi-los passa a ser vista como irresponsável, sendo, muitas vezes, alvo de falatórios depreciativos.

Torna-se nítido as assimetrias de gênero que entrelaçam o evento gravidez na juventude. Se por um lado ser mãe significa passar para outra etapa da vida, assumir responsabilidades e ser vista como adulta, também significa voltar-se para o cuidado da casa, do marido e dos filhos, ou seja fixar-se no interior da casa. Já para o homem a paternidade não impõe os limites da casa, mas traz o significado de ser capaz de prover financeiramente a família.

A maternidade na adolescência é vista como um problema quando a jovem não cumpre as normas estabelecidas para ela (cuidar dos filhos, ficar em casa, se portar de forma discreta e ser submissa ao marido), neste caso as jovens são consideradas como imaturas e muito novas, mas uma vez que cumprem as normas a maternidade adquire *status* e funciona como a passagem para a vida adulta e responsável.

Por fim gostaríamos de salientar a importância de fomentar discussões acerca da juventude rural, especificando o recorte de gênero e sexualidade, para se compreender as vivências no rural, por vezes tão invisibilizada. Esperamos com esta breve análise da história de Nina contribuir com estudos de outras (me)Ninas deste Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

CASTRO, E.G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: WOORTMANN, E.F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Org.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006, p. 245-275.

CORDEIRO, R.L.M. Gênero em contextos rurais: a liberdade de ir e vir e o controle da sexualidade das mulheres no Sertão de Pernambuco. In: VILELA, A.M.; SATO, L. (org.) **Diálogos em Psicologia Social**. Porto Alegre: editora Evangraf Ltda., 2007, p. 131-139.

CORDEIRO, Rosineide; QUADROS, Marion T. Jovens agricultoras, salário-maternidade e o critério idade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p.393-422.

COIMBRA, C. C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

LONGHI, M. R.. Afetividade, gênero e relações intergeracionais na perspectiva de jovens e famílias. Em SCOTT, P., ATHIAS, R. QUADROS, M. T. (Org.) Saúde, sexualidade e famílias urbanas, rurais e indígenas. Recife: Editora Universitária UFPE. 2007.

OZELLA, Sergio; AGUIAR, Wanda M. J. Desmistificando a concepção de adolescência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan./abr. 2008.

PAULO, M. A. L. de Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p.345-368.

\_\_\_\_\_. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. n.16, 2001, p.137-150. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>.

SILVA, M.S.; MENEZES, M.A. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares – PB. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p.281-312.

SILVA, V.A. **As flores do pequi**: sexualidade e vida familiar entre jovens rurais. Campinas, SP: Unicamp/CMU Publicações; Arte Escrita, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes and CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**[online]. n.24, pp. 16-39, 2003. ISSN 1413-2478.

VASCONCELOS, E. M. Redefinindo as práticas de saúde a partir de experiências de educação popular nos serviços de saúde. 2000. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/09.pdf>.

VIEIRA, R.S. Tem jovem no campo! Tem jovem homem tem jovem mulher. In: WOORTMANN, E.F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. (Org.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 195-213.

WANDERLEY, M. de N. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria; CASTRO, Elisa (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WANDERLEY, M. de N. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.